

Vereadores votam 18 projetos de lei

Assunto:

Plenário



Mesa Diretora

Em reunião ordinária, realizada ontem, 02 de outubro, no plenário Amyntas de Barros, os vereadores votaram 18 projetos de lei. Os parlamentares aprovaram, em unanimidade 14 matérias e vetaram dois projetos.

Em turno único, foi provido, com oito abstenções, o recurso da primeira-secretária da Mesa Diretora da Casa, Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB), contra o parecer da Comissão de Legislação e Justiça pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade ao projeto de lei 947/06, de sua autoria.

A matéria da vereadora dispõe sobre os padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública. Também em turno único, os parlamentares aprovaram o projeto 1.260/07, de autoria de Luzia Ferreira (PPS), que confere o nome de Nilson da Silva Santos à Rua 30.

Em primeiro turno, os vereadores aprovaram o projeto de lei 57/05, que institui medidas de estímulo ao uso racional da água em edificações, e o 911/06, que estabelece o Mês da Saúde Preventiva da Obesidade Infantil, ambos de autoria do vereador Chambarelle (PRB).

Também foram aprovados em primeiro turno dois projetos do Executivo: o 1.123/06, que dispõe sobre desafetação de trechos de via pública e autoriza alienação de áreas remanescentes, e o 1.124/06, sobre a desafetação de trecho de via pública e autoriza alienação de área remanescente.

Foram rejeitados, em primeiro turno, os projetos 1.052/06, de autoria da vereadora Elaine Matozinhos (PTB), que disciplina a construção e funcionamento do centro comercial aberto; e 110/05, da vereadora Maria Lúcia Scarpelli, que altera a lei 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.

Os parlamentares aprovaram, em primeiro turno, os projetos 1.282/07, da vereadora Neusinha Santos (PT), que estabelece diretrizes municipais para o saneamento básico, conforme a Lei Federal 11.445/07; 1.022/06, do vereador Valdir Antero Vieira Índio (PRTB), segundo secretário da Mesa Diretora da Câmara, que autoriza o condutor de táxi a exigir identificação de passageiro.

Ainda em primeiro turno, foram aprovados os projetos 1.135/06, do vereador Hugo Thomé (PMN), que declara de utilidade Pública o IMDC ? Instituto Mineiro de Desenvolvimento da Cidadania; 1.200/07, do vereador Reinaldo Lima (PV), que dispõe sobre a criação e adaptação de campos de futebol amador em áreas de excelência com grama sintética para múltiplas atividades esportivas em todas as regionais da capital; e 828/06, de autoria do vereador Anselmo José Domingos (PTC), corregedor da Casa, que cria o Parque Municipal do Estoril.

Em segundo turno, o projeto de lei 1.459/07, de autoria do Executivo, que altera a lei 6.095, de 09 de janeiro de 1992, foi aprovado. O PL 527/05, da vereadora Ana Paschoal (PT), que cria o Caixa- Saúde das unidades municipais de saúde ; e o 1.347/07, do vereador Anselmo José Domingos, que declara de utilidade pública a Associação Mineira de Tênis, também foram aprovados em segundo turno.

Os parlamentares da Casa rejeitaram, ainda, em segundo turno, a sub-emenda 1 do projeto de lei 893/06, de autoria do vereador Totó Teixeira (PR), presidente da Mesa Diretora, e aprovaram o substitutivo nº 1, que se refere ao mesmo. A matéria dispõe sobre o depósito prévio para internação em clínicas ou hospitais privados no âmbito do município de Belo Horizonte.

Informações na Superintendência de Comunicação Institucional (3555-1105/1216)

Data publicação:

Terça-Feira, 2 Outubro, 2007 - 21:00
